

ANISTIA AOS GREVISTAS PRESOS

Projeto de lei apresentado pelo Partido Socialista, concedendo anistia aos trabalhadores presos.

Os comps. João Mangabeira, Domingos Velasco e Hermes Lima, executando uma resolução da 4.^a Convenção Nacional apresentaram na Câmara dos Deputados, um projeto de lei, concedendo anistia aos condenados e processados por motivo de greves e crimes conexos. A justificação da proposição foi feita pelo comp. Mangabeira, com as seguintes palavras:

"Há inúmeros operários condenados ou processados por motivo de greve. Transformou-se de repente em crime um direito que a Constituição no art. 158 assegura. E' nestes termos peremptórios que ela se enuncia: "E' reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará". Claro, portanto, que, sob o pretexto de regular o exercício, a lei não pode suprimir o direito que a Constituição reconheceu. Mas é nisso que tem redundado uma aplicação arbitrária da lei e uma jurisprudence de acomodação com a violência. No Brasil não existe direito de greve. E tanto não existe que a polícia prende incontinenti os grevistas e a Justiça os processa e os condena. E' o desprezo à Constituição, transformada pelos que deveriam cumpri-la e defendê-la, em braquel da cupidiz do patrão poderoso, contra a reivindicação do proletário desarmado. Para prática triunfante de tal violência, valem-se os Poderes Executivo e Judiciário, do Título IV do Código Penal, que proíbe e pune a greve, se ela "provoca a interrupção de obra pública ou serviço de interesse coletivo".

O código de 7 de dezembro de 1940 estava certo sob a ditadura do Estado Novo. O ditado de 10 de novembro de 1937, determinava na parte final do art. 139:

"A greve e o lock out, são declarados recursos anti-sociais nocivos ao trabalho e capital e incompatíveis com os supremos interesses da produção nacional".

Mas o ditado desapareceu sob o repúdio público, sem jamais ter sido dado submeter-se a um plebiscito.

Mas se o código, coerente com o ditado, proíbe a greve que todos os países livres reconhecem, embora não a proclamem em suas cartas constitucionais, óbvio que essa proibição desapareceu no Brasil, desde 18 de setembro de 1946, revogadas pela Constituição que outorgou tal garantia.

Os Estados Unidos são a fortaleza do capitalismo na hora presente. Na sua Constituição não se fala em greve sequer; quanto mais para reconhecê-la como um "direito", tal como faz a nossa. No entanto, a greve em "obra pública ou ser-

(Continúa na 2a pag.)

Folha Socialista

Diretores responsáveis:
Antônio Cândido e
Arnaldo Pedroso d'Almeida
Gerente:
Fobus Gikavote

ANO II - 1.º DE NOVEMBRO DE 1949 - N.º 38
PREÇO DO EXEMPLAR — Cr\$ 0,50
EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO DO
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Redação:
Praça da Sé, 237 - 2.º and.
Telefone: 3-9784
SÃO PAULO — BRASIL

A CONVENÇÃO DE OUTUBRO FORTALECEU A UNIDADE PARTIDARIA

A 4.^a Convenção Nacional, realizada no Rio de Janeiro de 14 a 17 de outubro, revelou de modo claro e inofensível o rápido amadurecimento, no terreno político e organizatório, do Partido Socialista Brasileiro. Os convencionais de quase todos os Estados discutiram durante quatro dias, em sessões quase que contínuas, os problemas em foco, a situação política e econômica, apresentaram um grande passo no sentido de cimentar a unidade ideológica e organizatória do Partido Socialista.

O Partido Socialista revelou-se um partido verdadeiramente nacional. Estavam presentes delegações dos vários estados, atestando a difusão das idéias socialistas do Norte ao Sul, nos capitais e no interior. Os interesses regionais não encontraram eco nos debates, e nas intervenções dos diversos delegados era difícil verificar-se de que Estado procediam. As divergências — e as houve — se situavam em plano mais amplo e, várias vezes, delegados do mesmo Estado defendiam pontos de vista diferentes. Sentiu-se nitidamente que o programa do Partido Socialista é o mesmo em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em Sergipe. Os interesses que os socialistas defendem são os mesmos em Minas, no Paraná e nas Alagoas. São os interesses das massas trabalhadoras, sempre os mesmos do Norte ao Sul,

em oposição aos interesses das classes possuidoras e dominantes, que variam de região para região. Os partidos burgueses são aglomerados de grupos regionais cujos interesses se entrecroçam e se desfazem e fazem ao sabor desses mesmos interesses e, mais de uma vez, em torno de ambições pessoais. O Partido Socialista é um verdadeiro partido nacional — o único em nosso cenário político — que congrega homens que comungam os mesmos ideais e defendem uma única causa: a das massas trabalhadoras do país. As organizações partidárias socialistas são realmente seções de um único partido, com um só programa e um mesmo objetivo. Os partidos burgueses são aglomerados de partidos regionais, reunidos aparentemente sob a fachada de partido nacional, exclusivamente por força da atual legislação eleitoral.

Os trabalhos da convenção decorreram na mais perfeita ordem. As discussões foram mais de uma vez acaloradas, demonstrando o interesse e até mesmo a paixão com que os ideais eram defendidos. Não houve incidentes pessoais. A Convenção cimentou amizades, estreitou os laços de camaradagem entre socialistas que até então só se conheciam de nome. Não criou desentendimentos pessoais, não lançou

sementes de ódio ou de rivalidades pessoais. De vez em quando transparecia o ranço das suscetibilidades pessoais que não devem encontrar lugar em nosso partido. Um ou outro dirigente que ainda não assimilava integralmente o significado e a importância da crítica construtiva à atuação e não à pessoa, mostrava-se ressentido. Nessas ocasiões nunca faltou a intervenção. Até no dia

aquele convencional que, de modo claro e irresponsável, colocava a questão nos seus devidos termos. A crítica era dirigida à orientação, à atuação do dirigente ou do organismo de direção, não visava pessoas e não entrava no terreno pessoal. E sempre surtia os efeitos desejados.

(Continúa na 6.ª pag.)

O Fim do Acordo

Os últimos dias assinalaram o fim do acordo interpartidário. Minado desde o início pelas dissensões que lavravam entre os partidos que o compunham, não pôde o instrumento ideado pela burguesia para opor-se ao aventureirismo ademarista conservar-se de pé e cumprir a sua missão.

Como é do conhecimento geral, as coisas marcharam muito bem até o momento em que se cogitou da escolha do nome do candidato. Ai, trazendo fielmente a mentalidade dominante nos círculos da política burguesa, os partidos não conseguiram entrar em acordo, porque, cada um a seu turno, desejava apresentar o SEU nome, o SEU candidato. A iniciativa da intrasigência coube ao P.S.D. que, julgando-se partido majoritário pelo simples fato de ser o partido do presidente da República, quis impor o nome de seu presidente, o sr. Nereu Ramos. Diante da resistência oposta pela UDN e pelo PR ao ex-servidor da ditadura, timbrou o PSD em manter de pé a sua posição, isso é, o candidato do acôr-

do sairia dos seus quadros, ou não haveria acordo.

A UDN foi a primeira a romper as conversações, através do discurso do sr. Prado Kelly, seu presidente.

A ruptura do acordo ilustra muito bem o que é, na realidade, a política das classes dominantes. Longe de procurar o bem estar da população, preocupam-se os partidos burgueses apenas em satisfazer os apetites de seus membros, incapazes, todos eles, de merecer a confiança das massas trabalhadoras. Inúmeras vezes tem sido acentuado nestas colunas que a política burguesa não pode oferecer nenhuma saída democrática e popular para a situação em que se encontram as massas trabalhadoras, saída essa que somente pode ser oferecida por um partido realmente identificado com as massas trabalhadoras.

Enquanto isso, enquanto os políticos burgueses aplaudem o encarceramento dos grevistas, as perseguições policiais e todas as medidas coercitivas das liberdades, é o Parti-

(Continúa na 4.ª pag.)



O clichê acima mostra-nos uma parte da assistência que compareceu à sede da A. D. I., para assistir à sessão de encerramento da 4.^a Convenção Nacional do P. S. B.

Com o objetivo de orientar a opinião pública nacional, o PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO reconhece e proclama que, no processo histórico, os sistemas econômicos geram outros sistemas e no caso brasileiro temos presentes todas as etapas da vida, desde a economia natural até a monetária, altamente capitalizada. Um material enorme para ser transformado, precisando, portanto, de diretrizes econômicas gerais. Na fase da nossa economia, com o seu secular atraso, ainda não podemos preconizar soluções socialistas, sob penas de serem taxadas de demagógicas, porque de gerar.

Para o nosso Partido, que luta por uma transformação econômica e social progressiva, dentro dos quadros da legalidade democrática, parecemos que a melhor orientação será o aceleramento do processo, através de medidas decisivas para dotar o nosso povo dos instrumentos mais eficientes de trabalho, eliminando de nossa super-estrutura os entraves jurídicos, provenientes do velho direito romano e que são, indiscutivelmente, barreiras levantadas para conter a marcha do tempo na transfiguração dos caducos conceitos de propriedade. Dai o amontoado de contradições existentes em nossa Carta Magna, de propósito assegurado pelas forças reacionárias, para impedir o nosso desenvolvimento econômico, político e social. Somos uma Nação de 45 milhões de habitantes e que produz pouco mais de 45 bilhões de cruzeiros, porque entre a infra-estrutura e a super-estrutura existe uma distância infinita. Nação de economia colonial, típica, debatendo-se no estado de angústia para alimentar o seu próprio povo que produz generoso de consumo, em quantidade reduzida, para as suas próprias necessidades. A nossa tarefa, nesse ambiente nacional sem características econômicas definidas, deve ser de compreensão para que possamos abrir amplas perspectivas aos setores mais compreensíveis da nossa economia. De um lado as massas trabalhadoras, a classe média e os setores capitalistas mais progressistas e do outro os do conservadorismo mais renitente, representado pelo latifúndio e o capital financeiro, compressores e espoliadores do nosso povo. Uma política nacionalista, temperada na experiência universal de outros povos, de características semelhantes ao nosso, deve ser salutar e recomendável à nossa libertação econômica.

NACIONALIZAÇÃO DO CREDITO

A política do crédito sempre foi a pedra angular dos sistemas econômicos, e portanto, força de propulsão ou de retardamento dos povos. A história consigna formidável cabedal de experiência nesse setor da economia.

A nacionalização do crédito, com a encampação do capital empregado nas atividades bancárias e a criação de um sistema bancário adequado, será o passo decisivo para pôr o capital a serviço da produção, como é do nosso programa. Acreditamos que outras providências, já pre-

Diretrizes de uma Política Econômica Nacional

nizadas para o nosso desenvolvimento econômico, quando certas e justas, ficam sempre à espera de recursos financeiros para a sua execução. O nosso primeiro caminho será a criação do BANCO CENTRAL, acompanhado de uma rede especializada de outros bancos, estendida pela Nação inteira, dotando assim todas as atividades dos meios financeiros capazes de acelerarem o nosso progresso na agricultura e na indústria. Enquanto prevalecer o sistema bancário que domina o País, todos os recursos financeiros são desviados para a especulação, para a agiotagem, para os negócios rápidos, porque o melhor remunerar o capital financeiro. Os ensaios que o Banco do Brasil tem feito para estabelecer uma política de crédito à produção trocam sempre em dificuldades imensas, devido à política oportunista seguida pelos governos, legítimos representantes de grupos econômicos de orientação colonial. Manter a nossa economia com as características de povo escravizado aos interesses de Nações imperialistas vem sendo a política dos nossos governos, tão bem traduzida em nosso sistema bancário. O Partido Socialista Brasileiro precisa, pois, definir e traçar uma política larga no setor do crédito. A luta deve ser aberta para a preparação do povo. Se a média dos juros, entre nós, excede a casa dos 10%, bem diferente do que ocorre na Argentina, onde a enorme taxa é de 5%, e nos outros países mais adiantados, onde é de 3%, fica claro que a nossa definição por uma política de organização bancária nacionalizada, com a supressão de todas as atividades privadas nesse setor, representará amplas perspectivas para a agricultura e a indústria, que passará a dispor de meios para seu integral desenvolvimento. Estabelecido novo critério para a coleta de todo o capital empregado em tantas atividades de agiotagem, evidentemente os encaixes dos bancos, depois de nacionalizados, suportarão a realização de uma política de planejamento para solver, dentro de períodos predeterminados, os nossos magnos problemas de transporte, de combustível, de energia, de educação, de saúde, de higiene, de industrialização, de mecanização da lavoura, de defesa do solo, etc.

O exodo dos campos e o superlotamento das cidades são consequências naturais de uma política econômica errada. Se nas cidades, aonde existe conforto e facilidade de educação para as crianças, o capital encontra, na especulação e na agiotagem, melhor remuneração, é claro que aí está uma das razões do exodo dos campos. Por tua vez, se os salários nas cidades são maiores e as possibilidades de empregos aumentam, em função mesmo dessa política, encontramos também a explicação para o superlotamento das cidades. Já vem de longe a corrida para os cargos públicos de massas humanas volumosas, sobretudo com a

criação de autarquias, nestes últimos anos. Temos a impressão de que o povo perdeu a confiança em seu próprio destino e procura amparar-se na força do Estado Militar, vivendo na dependência dos seus recursos. São todavia essas, as grandes contradições do próprio sistema capitalista, que atorçam a muitos e que explicam a existência o Partido Socialista Brasileiro, traçando rumos, clareando a opinião com as suas definições claras nessas horas de indecisões.

NACIONALIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MARITIMOS E FERROVIARIOS

Fazer circular a riqueza criada pela abundância do crédito fácil e barato é consequência lógica de uma política sábia e progressista. No caos econômico de nossas atividades, a política de transporte por nós seguida não tem sido proveitosa. As nossas estradas de ferro, quase todas nacionalizadas, vivem em regime deficitário, por falta de racionalização do trabalho, por causa de uma política de filiofismo, de encostados, que dificulta tudo e emperra a marcha da economia nacional. No setor marítimo, o Lloide Brasileiro não é exemplo a seguir-se. A concorrência entre as diversas organizações do transporte marítimo é desleal, porque a prática do cambió negro que assegura certas vantagens, não pode ser criada pelo Lloide, todavia cria nos seus quadros o suborno como força de desordem e de aniquilamento próprio. Mesmo assim, compreendemos que o caminho certo será a NACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS MARITIMAS e o estabelecimento de uma nova política de orientação técnica e racional, com a participação, na gestão das empresas nacionais, dos trabalhadores. Assumindo tais responsabilidades os trabalhadores, ligando-se aos destinos das empresas os seus próprios, darão eficiência, e que, em última análise, será a desburocratização dos serviços nacionais. No Brasil, nacionalização tem sido sinônimo de burocratização, justamente porque não há participação, responsabilidade dos trabalhadores na direção das empresas.

POLITICA DO COMBUSTIVEL E ENERGIA

Sem duvida nenhuma que o desenvolvimento das nossas fontes de energia e combustível representa passos decisivos ao nosso progresso agrícola e industrial. Explorar o nosso petróleo, industrializá-lo, explorar o carvão de pedra e efetivar o aproveitamento de todas as nossas quedas d'agua, como está sendo feito com a cachoeira de Paulo Afonso, deve ser o nosso caminho. A orientação nacionalista adotada para o petróleo havemos de estendê-la às explorações das nossas jazidas carboníferas e das nossas cachoeiras, com a participação direta dos nos-

so trabalhadores nas direções. Para que as empresas nacionalizadas não sejam burocratizadas, torna-se preciso uma grande vigilância de nossa parte, mostrando ao público os erros e os desvios seguidos pelas mesmas.

E' preciso proclamar-se que em nosso País, a ação governamental, na organização de empresas industriais, tem falhado, devido à ação político-partidária, de cunho faccioso, encobrindo sempre os erros e as faltas dos responsáveis. Porém ressaltamos que mesmo assim, preferimos corrigir tais erros, a entregar as nossas riquezas ao capital colonizador.

POLITICA AGRARIA

O nosso primeiro objetivo deve ser concentrado na modificação das relações jurídicas da propriedade, com a supressão da enfiteuse, arrendamento, anticrese, entraves à transformação do conceito de propriedade e que mantêm o homem escravizado ao senhor, como nos tempos do feudalismo. Realizada essa primeira tarefa, então o CODIGO AGRARIO deve ser elaborado com as seguintes especificações disciplinadoras: a) — determinação das diversas naturezas de culturas agrícolas, dos criatórios, das explorações da terra em todos os seus aspectos, defesa do solo com a prática de rotação em curva de níveis, adubação obrigatória das terras cansadas, defesa das matas, obrigatoriedade de reflorestamento dos morros, defesa dos mananciais, limitação da propriedade à capacidade de sua exploração racional, desapropriação da propriedade, quando abandonada ou explorada anti-econômicamente, para a instalação de fazendas coletivas, em forma de cooperativas de trabalhadores; b) — defesa sanitária animal e vegetal, preços mínimos para todos os produtos agrícolas e animais, de consumo; c) — extensão de todas as leis de trabalho das cidades aos campos, determinando-se a extensão desses direitos e sua aplicação; d) ensino agrícola prático; e) — localização de imigrantes, aproveitamento

racional de suas aptidões, igualdade jurídica com o nacional; f) — higiene e cultura, determinando-se as medidas necessárias ao provimento do ensino e da saúde do homem do campo.

CONCLUSOES

Nesta fase do nosso desenvolvimento econômico, quando os entraves ao nosso progresso industrial e agrícola impedem que o mesmo se processe com rapidez e segurança, julgamos que o PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO deverá traçar as seguintes diretrizes:

I — NACIONALIZAÇÃO DO CREDITO, COM REFORMA BANCARIA E ESTABELECIMENTO DO BANCO CENTRAL, ACOMPANHADO DE UMA REDE DE BANCOS ESPECIALIZADOS, ENCAMPAÇÃO DO CAPITAL PRIVADO EMPREGADO NOS ESTABELECIMENTOS BANCARIOS, LIMITAÇÃO DOS JUROS AO MAXIMO DE 6% PARA EMPRESTIMOS E PARA DEPOSITOS EM 4%, AO ANO.

II — NACIONALIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MARITIMOS E FERROVIARIOS, COM O APARELHAMENTO TECNICO E RACIONAL DE SUAS ORGANIZACOES.

III — EXPLORACAO E ORGANIZACAO DE EMPRESAS ESTATAIS PARA OS COMBUSTIVEIS E A ENERGIA HIDRO-ELETRICA.

IV — PARTICIPACAO DOS TRABALHADORES DOS MESMOS NAS ADMINISTRACOES DOS ORGANISMOS ESTATAIS E PARAESTATAIS ELEITOS EM ASSEMBLEIAS GERAIS.

V — CODIGO AGRARIO, ADOTANDO-SE MEDIDAS DE AMPARO AO TRABALHADOR RURAL, DEFININDO E REGULANDO AS SUAS ATIVIDADES ASSEGUANDO-SE A DEFESA DO SOLO, MATAS E MANCIAIS, A ADUBACAO OBRIGATORIA DAS TERRAS CANÇADAS, MEDIDAS DE HIGIENE E CULTURA, DEFESA SANITARIA ANIMAL E VEGETAL, PREÇOS MINIMOS PARA OS GENEROS DE CONSUMO AGRICOLA E ANIMAL, LOCALIZACAO DOS IMIGRANTES E OS DIREITOS E ATIVIDADES DOS MESMOS.

Resolução aprovada pela Convenção Estadual do Partido Socialista Brasileiro, sessão de Serjipe.

Anistia aos grevistas...

(Conclusão da 1ª pag.)

viço coletivo", proibido pelo código nazista promulgado no Brasil em 1940, ali se realiza sem empêchos e a Corte Suprema a reconhece como "um direito humano". E o reconhece com todas as suas consequências, como "o direito de piquete" e o de distribuição de boletins às portas das fábricas ou nos locais de serviços. Aqui, por muito menos, os grevistas da Mogiana e de outras empresas gemem na cadeia. Aqui, por muito menos a polícia prende os grevistas, prende-os sem flagrante nem mandato judicial, espanca-os nos enxovias, e a Justiça, os processa e os condena.

O art. 158 da Constituição democrática está de fato revogado pelo art. 201 do Código Penal fascista. Mas se os Poderes Executivo e Judiciário tornam em crime o direito que a Constituição assegurou, e fecham os olhos ao art. 158 desta, para abri-los ao art. 201 do Código fascista, por eles, contra ela, posto em execução, somente o Poder Legislativo, usando a faculdade soberana da anistia, pode restabelecer no Brasil, contra os impulsos da reação articulada, o sentimento da Liberdade vigilante, contra o domínio desenfreado do arbítrio, o império severo da Lei".

Contra o Estrangulamento da Propaganda dos Partidos Políticos

O Deputado João Mangabeira presidente do Partido Socialista Brasileiro, apresentou à Câmara Federal importante projeto regulando os métodos de propaganda partidária ante as dificuldades criadas por uma exdrúxula portaria do prefeito Mendes de Moraes, do Distrito Federal cercando de modo completo e asfixiante a colocação de cartazes, faixas etc. O projeto do comp. João Mangabeira está assim redigido e justificado:

"Art. 1.º) O partido político, como pessoa de direito público interno, e independente de licença de quem quer que seja e de qualquer tributo, tem direito por seus diretores, a) 1.º) ter na fachada de suas sedes e dependências o nome que o designa mediante a inscrição ou a instalação que melhor lhe convier;

2.º) fazer a propaganda própria ou de seus candidatos mediante cartazes e inscrições, desde que a isso não se oponha o dono do edifício ou o permita a autoridade competente, se ele pertencer ao domínio público;

3.º) instalar altofalantes nas suas sedes ou dependências, podendo fazê-los funcionar das 16 às 20 horas, no período legal da companhia eleitoral das 14 às 22 horas.

4.º) instalar altofalantes em veículos que terão livre trânsito em todo o Território Nacional, podendo fazê-los funcionar nos termos do inciso anterior;

5.º) fixar nos termos do inciso segundo e durante a campanha eleitoral faixas de propaganda em qualquer logradouro público.

Art. 2.º) O diretório que infringir qualquer desses preceitos será destituído por decisão do Superior Tribunal Eleitoral e os seus membros não poderão ser eleitos para cargo de diretor durante dois anos. Além disto responderão civil e criminalmente pelo dano.

Art. 3.º) Quem quer que se oponha ao exercício dos direitos enumerados nesta lei fica sujeito à pena de três meses a um ano de reclusão, além de perda de emprego se for funcionário público.

Art. 4.º) Antes de praticar qualquer dos atos do art. 1.º, o dire-

tório fará a devida comunicação ao prefeito municipal.

Art. 5.º) As prefeituras farão colocar em lugares apropriados quadros para afixação de cartazes. Se não o fizerem qualquer partido poderá fazê-lo."

Justificação — O ato com que o prefeito do Distrito Federal regulamentou o exercício da propaganda política, facultada que o Tribunal Eleitoral lhe reconheceu, uma vez que o Congresso não legisla sobre o assunto, — esse ato restringe de modo tal a propaganda partidária que na verdade a elimina.

Mas essa regulamentação, como todas as dessa espécie no Brasil, aplicam-se exclusivamente contra os que incorrem no desagrado do governo. A prova é que a S. A. B. puxa em qualquer rua da cidade a propriedade alheia sem que ninguém lhe vá às mãos. Ao contrário: puxa sob a proteção do governo e sustentado pelo dinheiro criminosamente tirado das autarquias e dos sindicatos. Assim a polícia prende os comunistas quando os encontra puxando, porque ninguém pode impunemente danificar a propriedade alheia. Mas os puxadores da S. A. B. não são presos e, ao contrário, recebem, de agências do governo, di-

neiro roubado às autarquias e aos sindicatos para pagamento de tal crime. Num país dessa ordem, ou melhor, dessa desordem, a vida partidária e a propaganda eleitoral terão desaparecido se cada prefeito puder regulamentá-las ao seu arbítrio, através do imenso Território Nacional. No Brasil a falsa noção de que "a autoridade não pode ficar desprestigiada", ainda quando ela viola abertamente a Constituição, sobe numa progressão geométrica invertida do Distrito Federal ao distrito de paz, do presidente da República ao inspetor de quartelão. Nesses tiranetes rurais é que o despotismo atinge toda a expansão de sua força e de seu mando.

Mas os partidos políticos são pessoas de direito público interno, tais as funções e os deveres que a Constituição lhes atribue. Não podem pois morrer estrangulados pelas constrições ao exercício de sua propaganda impostas por milhares de reguletes municipais, de posse de uma prefeitura, e todos eles pessoalmente interessados no pleito eleitoral que se avizinha.

O Partido Socialista Brasileiro não se conforma com a cargalheira, e contra essa opressão opõe a repulsa deste projeto."

O MOVIMENTO OPERARIO ARGENTINO

Que são e como vivem os sindicatos operários na Argentina de Peron que, a dar-se crédito à enganosa propaganda internacional dos agentes e quinta-colunistas do ditador, vive uma esplendorosa hora de justiça social? Os poucos, porém aguerridos operários livres da Argentina, em suas notas à O. I. T.; as observações dos membros das organizações sindicais dos Estados Unidos (a F. A. L. e o C. I. O.) que foram à Argentina à convite da C. G. T. governamental; a recente viagem de um dirigente operário do C. I. O.; as constatações feitas pessoalmente por operários do Equador, também convidados a visitar a Argentina — são, entre outros, os documentos comprobatórios da verdadeira situação dos sindicatos, submelidos, manciados e postos a serviço político da ditadura pratese.

Na nota que a Unión Obrera Textil, a "Unión Empleados de Comercio e Industria", o "Sindicato Obrero de la Industria del Calzado" remeteram em maio último à Organização Internacional

do Trabalho, denunciavam-se alguns dos fatos que damos abaixo.

Começa a história com o decreto 23852-45 que regulamenta "as associações profissionais" com a finalidade de tutelar paternalmente os sindicatos operários que existiam e lutavam autonomamente desde antes de 1890. O paternalismo estatal foi o começo do aço de Mussolini, Hitler e Franco para subjugar, corromper e perverter a ação sindical.

Pelo decreto exige-se a inscrição das entidades sindicais, estabelecendo-se que as entidades não inscritas não serão reconhecidas pelo Estado e não poderão atuar. As simples associações, não inscritas no registro do governo, não possuem o direito de representação, não podem usar o nome de sindicato, isto é, estão prosritas e sujeitas à dissolução. Outra categoria de associações profissionais, as inscritas, mas às quais não se concede personalidade legal, podem existir mas não podem realizar contratos coletivos nem representar a classe. O referido decreto concede o privilégio sindical às organizações inscritas e reconhecidas pelo governo. Poder-se-á querer uma melhor cópia das ordenações corporativistas do fascismo?

Pelo procedimento político de conceder-se personalidade sindical, criaram-se sindicatos títeres, criaram-se velhas organizações operárias e os sindicatos foram submetidos para servir ao nazifalangismo argentino.

O chamado Ministério do Trabalho controla e faz pressão sobre os sindicatos a ponto desses não se poderem reunir sem prévia autorização. Se os sindicatos declaram uma greve, o Ministério faz com que — e são inúmeros os exemplos — a polícia impeça a reunião do sindicato. O Ministério do Trabalho tem a facilidade de cassar a personalidade sindical quando lhe parecer conveniente.

A isso se reduziu a liberdade sindical proclamada pelos confusos do peronismo nas conferências internacionais, embora cada vez com menor êxito, pois, já ninguém se engana com o que se passa na Argentina imperialista. A regulamentação da vida sindical é, pois, instrumento de repressão e sujeição dos sindicatos.

Assim, por exemplo, a polícia impede que o "Sindicato Obrero de la Industria del Calzado" realize reuniões, bem como a "Unión Obrera Textil" e a "Unión Empleados del Comercio e Industria," a essa última, inclusive, proibese realizar um almogor de confraternização! Impediu que a Federación Obrera nas Construcciones Navales realizasse seu congresso e celebrasse o último 1.º de maio. Ao Comité Operário de Ação Sindical Independente não se permitiu realizar sua Assembléa Geral de Delegados, que deveria ter tido lugar em 9 e 10 de abril.

(Continúa no 4.º pag.)

O PARTIDO SOCIALISTA E O GOVERNO DA BAHIA

De "O Tempo", de 19-9-49, que se edita em Salvador, transcrevemos abaixo o artigo do companheiro Orlando Gomes, que discute problemas relativos à posição do Partido Socialista em face do governo do Sr. Otavio Mangabeira.

1 De alguns correligionários do Partido Socialista local, tenho recebido insistentes interpeleções sobre a atitude que esta agremiação política vem mantendo em relação ao atual Governo do Estado. A esses irrequietos e vibrantes companheiros, todos eles muito jovens, figura-se imprópria, por omissão imperdoável, a posição em que o P. S. B.

se tem colocado até agora na política estadual. No seu juvênol ardor, entendem que o Partido Socialista deveria declarar-se em franca e aberta oposição ao Governo, que até hoje tem vivido numa atmosfera de aplauso e simpatia, por força da coalisão de que é fruto.

Muitas são as razões por que essa orientação não deve ser adotada, embora, na crítica, se encontre uma acusação que é parcialmente procedente. Mas os que se desgostam com a conduta que vem sendo observada, desejam modificá-la num sentido muito mais condenável. E, nesse desajo, revelam que ainda não se acham integrados no estilo de vida de um partido socialista, nem libertos, inteiramente, da influência de vícios tradicionais da política brasileira. Porque essa oposição sistemática, a que aspiram não se coaduna com o feitiço de uma organização do tipo do P.S.B., e não se justifica senão nos agrupamentos heterogêneos e clans eleitorais sedentos de poder, para satisfação de ambições pessoais e puro gozo das vantagens e regalias que ele proporciona.

2 Em oposição ao Governo estamos e estaremos, enquanto isso governo não for socialista. Não, uma oposição formal, gerada no despeito e alimentada na ambição de mando. Mas, uma oposição substancial ao regime injusto que os governantes encarnam, sejam eles homens decentes ou solapados consumados. Entre o político descontente, que ataca violentamente o governo, explorando o natural sentimento oposicionista do povo, para grangear votos e conquistar posições, nas quais fatalmente se conduzirá mais de sastrada e nocivamente do que quem combate, e o socialista

menos nevrótico, que aplaude as boas medidas e censura os desacertos, sem responsabilizar o governo por tudo que acontece de mau, ciente como está de que grande parte dos males provem do sistema económico cuja substituição aspira se realize gradualmente, por processos democráticos, as pessoas esclarecidas não podem hesitar no julgamento que procedam dessas duas atitudes distintas.

3 Bem sabemos nós que, apesar das aparências, há um desencantamento refeito, que poderia ser explorado demagogicamente, com probabilidade de êxito imediato, do ponto de vista do crescimento numérico do Partido. Talvez sejamos demasiados éticos, mas esses processos não nos agradam, nem nos convêm, porque os meios são insepárricos dos fins, e tanto apregoamos aos processos pelos quais pretendemos alcançar nossos objetivos que preferimos arrostar as ironias dos imediatistas, crescendo em câmara lenta, a acelerar o desenvolvimento fácil do Partido pelos conhecidos métodos, que não são privilégio de ninguém, nem exigem a bôssa de que tanto se vangloriam os que têm sido bem sucedidos eleitoralmente. A crise económica que o Estado atravessa tem aumentado o número de descontentes. Não seria difícil carrear-los para o Partido, até porque estão eles à procura de quem encampe o seu desencantamento. Num país como o nosso, de educação política rudimentar, todo mal estar pode ser atribuído ao governo, e quem o atribua, encontrará sempre aplausos e colaboração. Mas, um Partido Socialista deve descer à condição de carpideira de máguas alhe-

Comitês Populares pró-candidatura Prestes Maia

A Comissão de Arregimentação da Comissão Municipal de S. Paulo do Partido Socialista dirigiu a todos os membros do partido na capital a seguinte circular:

"Prezado companheiro — Conforme é de seu conhecimento, a Convenção Estadual de nosso Partido decidiu apoiar a candidatura do Sr. Prestes Maia a governador do Estado.

Entretanto, para que este apoio tome um aspecto real, necessário se torna que adotemos medidas de caráter prático, no sentido de que a candidatura por nós aceita seja vitoriosa, ao mesmo tempo que o nosso Partido cresça quantitativa e qualitativamente.

Entendem, pois, a Comissão Municipal que a nossa primeira tarefa será a criação de COMITÊS POPULARES PRÓ CANDIDATURA PRESTES MAIA, em todos os

Bairros da Capital, nos locais de trabalho, etc.

Assim de melhor coordenar os nossos trabalhos partidários, a Secretaria de Arregimentação resolveu consultar o companheiro a respeito das possibilidades de formação dos referidos Comitês em sua residência, em seu bairro ou local de trabalho. Encarece também a necessidade de o companheiro indicar o nome e endereço de amigos seus residentes na Capital, os quais, mesmo não sendo filiados em nosso Partido mas simpáticos à candidatura Prestes Maia, possam contribuir materialmente para a formação de tais Comitês.

Esta Secretaria solicita, pois, ao companheiro uma resposta urgente, cuja atenção de sua parte significará um valioso trabalho prestado a nosso Partido.

Saudações Socialistas

(a) LUIZ LOBATO

A Situação da Juventude Italiana

No "IUSY — Survey" de abril, o presidente da "Federazione Giovanile Socialista" assina um interessante artigo sobre a situação da juventude socialista na Itália.

A tarefa de levantar a juventude italiana para o socialismo, diz o camarada Luciano Rebuffo, tem sido dificultada por dois fatores: os efeitos de vinte anos de fascismo e a atitude de indiferença e ceticismo que corroi sobretudo o meio universitário italiano, atitude essa conhecida por "goliardia" e que atinge também a própria classe operária, produzindo alta porcentagem de abstencionismo político nas fábricas.

Durante 23 anos, a atmosfera juvenil italiana foi infeccionada pelo fascismo que a paralizou intelectual, ideológica e politicamente, oferecendo aos jovens, em troca, o culto da força física e o mito do heroísmo. Parte da juventude intelectual refugiu-se nas formulações estáticas dos pensadores liberais italianos. A fração operária da juventude, rebelde ao fascismo caiu, em sua maioria, sob a influência do PC que era a organização subterrânea mais ativa.

Sob a pressão da derrota militar, a juventude rompeu com o fascismo e encabeçou o movimento dos "partigiani". Apoiados no prestígio da Rússia e do antigo movimento subterrâneo, os stalinistas controlaram os grandes setores juvenis. Por meio da Ação Católica, os católicos fizeram o mesmo. Nos meios intelectuais os liberais gozavam de prestígio. A princípio, a juventude socialista não se desenvolveu.

A coordenação dos diversos grupos políticos juvenis unidos pelo denominador comum do anti-fascismo era feita, na parte da Itália já libertada, pelos Conselhos da Ju-

ventude Republicana, e no norte, pela Frente Juvenil. Esse último organismo foi-se tornando, com o passar do tempo, em mera camuflagem da dominação stalinista sobre a juventude italiana. Logo após a libertação, os jovens socialistas passaram a dirigir os Conselhos da Juventude Republicana e, no norte, foram os primeiros a romper com a "Frente". Em seguida, os democratas cristãos romperam com os Conselhos da Juventude Republicana; pois, a Democracia Cristã era favorável à monarquia. Em suma, as organizações juvenis de frente única dissolveram-se paralelamente ao esfalecimento do Comitê de Libertação Nacional. A partir daí, começou a desenvolver-se a "Federazione Giovanile Socialista".

Os jovens socialistas italianos batem-se pela separação integral entre a Igreja e o Estado; reforma agrária e

nacionalização das industriais de utilidade nacional a fim de impedir a especulação privada; salvaguarda da democracia e das instituições republicanas; manutenção da paz através de uma política de colaboração internacional visando a Federação Europeia.

Levando em conta a circunstância da JS italiana ter-se desenvolvido à base de lutas políticas e não de "atividades recreativas e esportivas" entre uma juventude cansada e apática, seu crescimento tem sido apreciado.

A "Federazione Giovanile Socialista" constitui hoje uma das principais organizações da juventude italiana. E assim como foi ela que desencadeou a luta por um movimento socialista independente contra a absorção pelo stalinismo, a FGS continua a ser um dos baluartes da unificação e independência do movimento socialista.

V. F. M.

O P.S.B. e o governo da Bahia

(Conclusão da 3a pag.)

ias, para chorar um defunto que lhe não deixou saudades? Numa situação política em que predominam as forças conservadoras, em que o situacionismo é conservador, como conservadores são os descontentes atuais e futuros, deve o P. S. B. tirar as castanhas do fogo?

4. Sua posição, como partido progressista, é muito delicada. Mas, não será por isso que deva alhoiar-se da realidade. Imediatamente, interessam-lhe os governos que, por isso ou por aquilo, estão inibidos do propósito de preservar a legalidade, de respeitar a Constituição, de garantir as liberdades elementares, em suma, os governantes que, por tradição ou até mesmo por temperamento, sejam menos atrabiliários. Por isto, do mesmo modo que o P.S.B. se tem conduzido em outras circunstâncias, esquecendo-se de sórdidas campanhas difamatórias, somente para não fortalecer a reação, muita vez terá silenciado sobre fatos censuráveis, para evitar que forças mais retrógradas se apoderem das posições de mando e aqui instalem o regime de intranquilidade ou de desencanto que viceja em outros pontos do território nacional, a começar dos altos poderes da República.

Isso não significa, contudo, que o P.S.B. deva cruzar os braços. Se é certo que não lhe cabe fazer uma oposição sistemática, meramente destrutiva, cumpre-lhe, todavia, exercer uma ação fiscalizadora, que não tem sabido cumprir, pelo menos neste Estado. Mas, esse peão se deve levar mais à conta da duplicidade oriunda de sua imaturidade do que a crédito de um imaginário apoio incondicional, que representaria quebra da linha partidária, inaceitável numa organização disciplinada, que se respeita e disso tem dado prova ao país.

5. Nem se justificaria, por nenhum aspecto, esse apoio incondicional ao governo do sr. Mangabeira, com o qual o Partido Socialista não tem ne-

nhum compromisso. De sua orientação ideológica divergimos fundamentalmente, conquanto reconhecamos que a sua formação liberal o singulariza entre os governantes do país, quase todos entranhados de um reacionarismo doentio ou comprometidos por um passado anti-democrático que lhe não faz honra nem lhes dá autoridade moral. De sua ação administrativa, há muito que louvar e criticar. Nesse ponto os jovens interpelantes têm razão. Porque ao governo tem faltado essa crítica, que é indispensável.

6. Ainda agora, o Estado se debate numa crise financeira de graves proporções. As rendas decrescem assustadoramente. Na arrecadação de quase todos os impostos estão se verificando consideráveis diferenças em relação à receita do ano passado e, sobretudo, em relação à previsão orçamentária. Cerca de 50% da venda diária é recolhida aos Bancos que são credores do Estado. Não há nenhuma perspectiva de melhora, nem se sabe de qualquer medida que tenha sido tomada para debelar ou pelo menos minorar essa crise. Se o governo não é diretamente culpado pela falta do cacau, contudo, a sua política financeira há de se condicionar a essa eventualidade, ainda quando se aceite o conselho do notável financista que, outro dia, nos dizia, numa conferência magnífica sobre a situação de Rui no Ministério da Fazenda, que, nas épocas de crise, os governos devem gastar mais. De qualquer sorte, sejam quais forem as justificativas, o que não se justifica é o silêncio do P. S. B., até porque, somente ele, pode explicar ao povo que essa situação é, sobretudo, consequência do empirismo a que se doavam os políticos conservadores, obrigados a assistir de camarote o fenômeno da produção da riqueza, pelo sagrado respeito que votam à iniciativa privada.

ORLANDO GOMES

O Movimento Operário Argentino

(Conclusão da 3a pag.)

O Ministério do Trabalho pode declarar ilegal uma greve e em consequência intervir ou fechar o sindicato e prender e perseguir os operários. Nos últimos meses foram declarados ilegais cerca de 70 a 80% dos movimentos reivindicatórios do proletariado. Em princípios de fevereiro, a Federação Gráfica Buenaiense, dirigida por adeptos e simpatizantes do oficialismo, declarou uma greve que contou com a adesão unânime dos operários gráficos; o Ministério do Trabalho declarou ilegal a greve, e várias centenas de operários foram presos e processados, entre eles quase todos os dirigentes, incluindo Sebastián Morotta, velho militante operário que representou seus companheiros nas conferências da O. I. T. em 1931, 1932 e 1934. A Justiça aplicou aos operários a pena de 30 dias de prisão "por impedir o trânsito", mais 15 dias por realizar reuniões sem permissão da polícia! Além do mais, o governo furou o movimento, trazendo gráficos do interior do país ou obrigando os gráficos da Imprensa do Estado a trabalhar. Dois deputados per-

nistas funcionaram como fura-greves. Terminada a greve, que durou mais de um mês, e durante a qual não se publicaram jornais na cidade de Buenos Aires, o interventor no sindicato, um tal Condilli, expulsou 200 velhos militantes e interveio junto às empresas de tal forma que 800 operários foram detetados.

É impossível enumerar todos os casos em que as greves operárias foram declaradas ilegais, mas a título de exemplo, citamos ainda a greve desafiada em novembro de 1948 pelo funcionamento municipal da cidade de Rosário, pelos operários do frigorífico "Netinal" de Santa Fé, pelos trabalhadores da indústria química e das serrarias de San Fernando, etc. etc...

Éis aqui um breve relato da verdadeira situação operária na Argentina sob o regime nazi-peronista que, para enganar o mundo — como ontem o fizeram Hitler e Mussolini — não deixa de gritar sua adesão à causa da "justiça social".

(Transcrito do "Boletim Informativo de la Situación Argentina", agosto de 1949)

INDICADOR PROFISSIONAL

ADVOGADOS

WILSON RAHAL

ESCRITORIO:

Praca Antonio Prado, 9 - 11.º andar Salas, 1107/9 — Fone: 3-4656

RESIDENCIA:

Rua Guarará, 230 — SAO PAULO

DR. JULIO DE ARAUJO

FRANCO FILHO

RUA XAVIER DE TOLEDO, 46

2.º ANDAR

Renato Sampaio Coelho

Rua José Bonifácio, 209

11.º andar - Salas 1.104-6-8-10

Tel.: 6-3013

ADELMAR V. BRANDÃO

ANTONIO COSTA CORRÊA

RUA FRADIQUE COUTINHO, 302

R. CONS. CRISPINIANO, 79

5.º Andar - Tel. 6-3013

HIRAM MAYR CERQUEIRA

Tel.: 3-5502

R. Sen. Paulo Egídio, 61 - 3.º

SAO PAULO

Drs. Hozair Motta Marcondes e Carlos Nobrega Duarte

Rua Benjamin Constant, 138

3.º Andar - Tel 2-6652

FREITAS NOBRE

ADVOGADO

Rua José Bonifácio, 233 - 3.º And.

Tel.: 2-0168

HOSPITAL 9 DE JULHO

Rua Peixoto Gomide, 647

Fone — 6-6565

CIRURGIA GERAL

ABERTA A TODOS

OS MÉDICOS

MÉDICOS

DR. FEBUS GIKOVATE

Xavier de Toledo, 46 - 3.º

CLINICA DO APARELHO RESPIRATORIO

RAIOS X

DR. EMILIANO NOBREGA

CLINICA MÉDICA

Rua da Estação, 13

TREMEMBÉ DA CANTAREIRA

DENTISTAS

DR. OSVALDO ANTÃO

FERNANDES, C. D.

Clínica geral - Infecções dentárias - Cirurgia - Raios X - Dentaduras (com curso Post. Graduada)

Rua Barão do Itapetininga, 139 - 3.º and.

Ap. 2 - Tel.: 4-0327

SAO PAULO

GIARDINO & CINOPOLI

— ALFAIATES —

Serviços Finos

RUA JOSÉ BONIFACIO, 387 - SALA 3

O fim do acôrdo

do Socialista aquele que, sozinho, luta em prol dos interesses das massas trabalhadoras. É o único que, dia a dia, luta com os poucos recursos que têm, contra a exploração e a opressão capitalista.

Mostrando seu desinteresse em face dos conciliabulos da burguesia, o Partido Socialista vem de apresentar na Câmara Federal um projeto de lei concedendo anistia a todos os trabalhadores que tenham sido presos por fazerem greve. Isso, como um primeiros resultados de sua Convenção de outubro onde discutiu-se muita coisa de interesse das massas trabalhadoras e cogitou-se muito pouco da situação política nacional, do acôrdo interpartidário, etc. Quando a ocasião chegar, os socialistas se pronunciarão, indicando como sempre, o caminho certo às desesperadas massas trabalhadoras.

B. A.

O PARTIDO SOCIALISTA CONSOLIDOU

Sua Organização no Estado de São Paulo

De um modo geral, podemos dizer que o trabalho da Comissão Estadual que ora deixa o mandato consistiu em consolidar a organização partidária no Estado, se bem que ainda com grandes deficiências. Nosso partido ainda tem seus quadros muito instáveis, porque recebeu, nas eleições de há dois e três anos, um afluxo grande de pessoas não identificadas com o programa e com os princípios socialistas. No processo de decantação, por assim dizer, foram se formando alguns organismos esparsos que só lentamente se vão consolidando, tomando a feição de autênticos núcleos socialistas, congregando militantes conscientes da nossa orientação e atuando no seu meio social conforme a nossa orientação política.

No período de setembro de 48 a setembro de 49 podemos assinalar alguns êxitos nesse sentido: O partido consolidou suas organizações partidárias em Santos, Santo André, Baurú, Campinas. Em outros lugares, como Jaú, Mogi das Cruzes, Pereira Barreto, Capava, etc., manteve suas organizações, sem grande progresso mas também sem declínio na organização. Na Capital de São Paulo, o desenvolvimento orgânico do Partido e da sua influência foi grande. Há que assinalar, porém, alguns fracassos verdadeiramente lamentáveis. Em Sorocaba, que é um grande centro operário, por exemplo, o partido está praticamente sem organização, com tudo por fazer novamente. Não conseguimos estruturar organizações partidárias em centros importantes, como Ribeirão Preto, Taubaté, Rio Preto, Barretos e outros. Conseguimos, porém, um início de organização em algumas outras cidades importantes, como Araraquara, São Carlos, Ourinhos, Tambaú, onde contamos hoje com o trabalho de bons militantes.

O nível político do partido, sobretudo no interior do Estado, se desenvolveu bastante, a nosso ver. Os dirigentes das Comissões Municipais e delegados do Partido, nas cidades do interior, demonstram mais firmeza e clareza de posições. Para isso, sem dúvida, a publicação do nosso quinzenário "Folha Socialista" contribuiu consideravelmente.

Podemos, pois, afirmar que o partido em São Paulo se desenvolveu quantitativa e qualitativamente. Poderíamos, possivelmente, ter feito muito mais, com os recursos materiais e de pessoal de que dispomos. Porém, há resultados positivos a registrar, como demonstraremos examinando cada um dos vários setores de atividade da Comissão Executiva Estadual:

Funcionamento da Comissão Estadual: — A Comissão Estadual (plenária) realizou cinco reuniões, sendo uma em Sorocaba, outra em Jaú, outra no Rio de Janeiro e duas na Capital. As respectivas atas, com exceção da reunião

realizada no Rio de Janeiro (reunião conjunta com a Comissão Nacional), acham-se arquivadas na secretaria. A Comissão Executiva Estadual realizou, no período de 9 de setembro de 1948 a 9 de setembro de 1949, cinquenta e uma reuniões, cujas atas se encontram igualmente arquivadas na secretaria. Não houve uma só semana do ano em que a Comissão Executiva deixasse de se reunir ordinariamente. O comparecimento dos membros da Comissão Executiva às reuniões acusa boa assiduidade, pois foi grande o número de vezes em que a Comissão se reuniu completa. O mesmo não se pode dizer com relação a vários membros da Comissão Estadual (plenária), havendo três que praticamente perderam os respectivos mandatos, por faltas não justificadas às reuniões.

Durante esse período de um ano de atividade, a Comissão Estadual e a Comissão Executiva tomaram numerosas resoluções de caráter político, organizatório e relativo a reivindicações populares. Tais resoluções foram todas divulgadas na imprensa diária, sendo de conhecimento de todos os membros do Partido. Afim de melhor documentar sua atividade neste terreno, a Comissão Executiva Estadual deliberou reunir todas essas resoluções em um folheto que está sendo impresso e será distribuído ao Partido no Estado, e pelo qual melhor se verificará o trabalho político desenvolvido pela direção estadual. Entre essas resoluções, há que destacar vários pareceres emitidos pela Comissão Executiva Estadual sobre projetos de lei de grande importância, em curso no Parlamento, sempre que isso nos foi solicitado pela Comissão Executiva Nacional, tais como os projetos de lei sindical, de regulamentação da greve, de regulamentação da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, de limitação dos lucros das empresas, de lei de segurança e outros.

Há que salientar, como realização importante, a participação do Partido nas eleições realizadas nos novos municípios do Estado de São Paulo, em princípios deste ano. Muito embora se tratasse de municípios de pouca importância, de reduzida expressão demográfica, onde dificilmente poderia penetrar a propaganda socialista e onde o eleitorado se achava todo inteiramente sob o controle político da burguesia ou do governo, a Comissão Executiva Estadual não deixou de participar do pleito eleitoral, concorrendo às eleições em cinco novos municípios. Muito embora não conseguíssemos eleger nenhum representante socialista, nossa votação foi bastante expressiva, atendendo-se às condições locais e às circunstâncias em que se realizou as eleições.

Secretaria: — No período de um ano decorrido até o pre-

sente, a secretaria da Comissão Executiva Estadual procurou desempenhar-se da melhor forma possível das suas tarefas. Não foi possível manter com regularidade o plantão diário do secretário geral, na sede do Partido, conforme determina o regimento interno da Comissão. Mas o plantão foi feito, embora irregularmente. A secretaria manteve correspondência mais ou menos frequente com todos os presidentes das Comissões Municipais, e delegado do partido no interior do Estado. Foram expedidas também, circulares com instruções organizatórias, relatórios e sugestões para realização de tarefas, com relativa regularidade. Manteve a secretaria, ainda, correspondência com a Comissão Executiva Nacional e outras organizações do Partido. As cartas, ofícios e circulares expedidos somam o total de 391, sendo 275 da secretaria geral e o restante das demais secretarias da Comissão Executiva Estadual. Junto ao presente relatório, anexamos um quadro demonstrativo dessa correspondência.

Dois falhas importantes há que assinalar no trabalho da secretaria da Comissão Executiva Estadual: 1.ª — A falta de entrosamento do trabalho da Comissão Estadual com o trabalho da Comissão Municipal da Capital. No período que termina, a Comissão Municipal da Capital funcionou quase que como departamento estanque do partido, em relação à Comissão Estadual. A secretaria da Comissão Executiva Estadual ocupou-se quase que exclusivamente com o interior do Estado, deixando o trabalho partidário na Capital entregue à Comissão Municipal, e que, evidentemente, causou certo desajustamento e dispersão de



energias. 2.ª — Falta de contato direto com as Comissões Municipais e delegados do Partido no interior do Estado. A secretaria da Comissão Executiva Estadual não pode organizar um programa de viagens de membros do partido politicamente bem dotados, no interior do Estado, afim de promover reuniões, debates ou discussão de planos de trabalho com os militantes do interior do Estado. Os contatos diretos com os membros do partido, pois nunca esse contato poderá ser suprido por correspondência, foram realizados em caráter eventual,

aproveitando-se as viagens de alguns membros da Comissão Executiva Estadual.

Tesouraria e Finanças: — A tesouraria no período que ora finda, foi regularizada, em relação à Comissão Municipal da Capital, que tem a seu cargo a cobrança de contribuições dos membros do Partido residentes na Capital, contribuições essas que constituem a principal fonte de receita do Partido no Estado. Das Comissões Municipais do interior do Estado, a Comissão Executiva Estadual recebeu contribuições unicamente de Pereira Barreto, além de contribuições individuais de membros do Partido em São Carlos e Flórida Paulista. Anexamos a este relatório um balanço geral da Tesouraria, elaborado pelo companheiro tesoureiro. Como trabalho de finanças, propriamente, foi tentada, de início, a obtenção de contribuições extraordinárias de simpatizantes, mediante a remessa de cartas, mas esse trabalho foi abandonado, por falta de resultados positivos. Foram realizadas duas campanhas de obtenção de fundos especiais, uma para as comemorações de primeiro de maio, que rendeu um total de Cr.\$ 11.563,00 e outra para a presente Convenção, com um resultado ainda não apurado definitivamente mas orgado em cerca de Cr.\$ 10.000,00.

Tarefa sem dúvida de grande importância que ainda está para ser realizada é o desenvolvimento dos recursos pecuniários da Comissão Executiva Estadual, que ora são muito exíguos, insignificantes mesmo, em relação aos importantes empreendimentos que temos pela frente, sobretudo com a aproximação das eleições federais e estaduais.

Propaganda: — As tarefas de propaganda executadas pela Comissão Executiva Estadual neste período de um ano, foram poucas, condicionadas que estão aos recursos financeiros e ao número de militantes ativos de que dispõe o partido. A principal realização consistiu na comemoração de primeiro de maio que foi feita, na Capital, com grande êxito, em conjunto com a Comissão Municipal, e, no interior do Estado, com resultados apreciáveis, em quatro cidades. Foram editados pela Comissão Executiva cinco manifestos dos quais anexamos exemplares a este relatório. Agora isso houve alguma propaganda esporádica, na imprensa diária. A propaganda radiofônica de que dispõe o partido (cinco minutos por semana, na Rádio América), passou ultimamente a ficar sob responsabilidade da Comissão Municipal da Capital.

O principal trabalho de propaganda, porém, tem sido feito através do nosso jornal "Folha Socialista". A C. Executiva Estadual manteve a saída do jornal quinzenal-

mente, com regularidade, o que constitui, por si só, um resultado apreciável porquanto o jornal anteriormente era mensal. "Folha Socialista" tem encontrado boa aceitação não só nos órgãos do Partido em nosso Estado e em outros, não só entre os militantes socialistas como também entre simpatizantes e homens do povo em geral. Os companheiros poderão tomar conhecimento do desenvolvimento de "Folha Socialista", pelo incluso relatório.

Por certo, as possibilidades de propaganda do Partido, em São Paulo, mesmo com os exíguos recursos de que dispomos, são bem maiores do que aquilo que foi realizado. Contamos com um grande número de membros do Partido em jornais e estações de rádio, na Capital e no interior, mas não temos sabido mobilizá-los no sentido de prestarem auxílios substanciais à divulgação das posições e diretrizes do Partido em São Paulo. A propaganda em cartazes sugestivos não foi tentada até agora. A realização de comícios em cidades do interior, pelo menos as mais próximas, pode e deve ser executada sem grandes gastos e com a mobilização de alguns poucos militantes. Mesmo a "Folha Socialista", com os recursos atuais do Partido, pode ter a sua eficiência propagandística aumentada.

O grande empreendimento de propaganda que se faz sentir necessário no partido, porém, é o jornal diário. A C. Executiva Estadual, sentindo agudamente o problema, em face das próximas eleições, lançou as bases de um plano para alcançar esse objetivo.

Sindical: — Quase nada se realizou na secretaria sindical neste período de um ano. Foram tentados, em conjunto com a Comissão Municipal da Capital, alguns movimentos de reivindicação entre operários, mas com poucos resultados. A secretaria sindical ofereceu, através de comunicados nos jornais, assistência trabalhista a quaisquer trabalhadores interessados. No interior, o trabalho sindical foi nulo, com exceção de Santos.

O trabalho desta secretaria indiscutivelmente, precisa ser bastante desenvolvido. Foram tentadas iniciativas várias, além da publicação de manifestos, moções, etc., tais como a formação de comissões sindicais livres. A semelhança da que se formou entre os gráficos, sob a direção do companheiro João da Costa Pimenta, a coleta de assinaturas de operários em telegramas-monstro exigindo a liberdade sindical e outras semelhantes.

Arregimentação: — Não houve, praticamente, um trabalho de arregimentação especial, que deve ser entendido como um trabalho planejado para desenvolvimento orgânico do partido e conquista de novos elementos. Foram ten-

(Continúa na 6a pag.)

A Convenção de Outubro fortaleceu a unidade partidária

(Conclusão da 1ª pag.)

Menos frequente que em outras reuniões, embora não de todo ausente, era o apelo ao prestígio pessoal na solução das questões em litígio. Os convencionais não se deixavam impressionar e votavam sempre de acordo com as próprias convicções, adquiridas em função de sua experiência política anterior e do debate travado.

OS RESULTADOS DA CONVENÇÃO

A Convenção analisou vários problemas e tomou resoluções de importância transcendental que o Partido deve estudar e meditar.

A SITUAÇÃO POLITICA NACIONAL

A resolução aprovada é um reflexo da consciência socialista do Partido de que ele não é um partido de oposição ao governo e sim um partido de oposição ao regime. É a razão porque a convenção resolveu que nas próximas eleições o Partido Socialista deve, como regra, concorrer com candidatos próprios tanto aos cargos executivos como legislativos. Admitiu as alianças interpartidárias com exceção, principalmente no caso das eleições para o legislativo. A emenda apresentada pelo comp. Rubens Maciel acentua com bastante clareza o caráter excepcional das alianças para as eleições legislativas. E não o faz sem razão. É precisamente ao concorrer às eleições para o legislativo que o Partido pode apresentar-se com o seu programa socialista, salientar a sua característica de partido de oposição ao regime vigente, partido revolucionário que aspira a uma transformação radical das estruturas econômica e política do país. Quando aliado a outros partidos, perde inevitavelmente grande falta de seu vigor, uma vez que se deve limitar a um programa mínimo comum aos componentes da aliança e de reivindicações populares mas nunca socialistas. A nossa tarefa, por ocasião das campanhas legislativas não consiste apenas em enviarmos representantes para as câmaras legislativas. Reside, antes de mais nada, na possibilidade que temos, em face da maior receptividade das massas, de difundir o nosso programa, de entrarmos em contacto mais direto com o povo, de falar uma linguagem socialista com o trabalhador que nos ouve.

A SITUAÇÃO POLITICA INTERNACIONAL

A resolução adotada pela convenção, embora não nos satisfizesse, representa um sensível progresso nesse terreno. Com ela foi destruída a concepção de grandes setores do Partido que pretendiam manter-se neutros em face dos acontecimentos internacionais, ignorando-os, alhear-se dos mesmos, circunscrever-se apenas ao âmbito da política nacional.

Posição inconsequente e incoerente, teoricamente falsa e indefensável e na prática inexecutável como os fatos mais de uma vez provaram. A posição neutra ou abstencionista, tão teimosamente defendida por muitos antes da Convenção, não impediu que membros dirigentes do Partido, isolados ou em grupos, tomassem parte em movimentos ou manifestações cujo colorido internacional era indistigível. Como o partido não tinha linha política em questões internacionais, cada membro se arrogava, e com razão, o direito de tomar o seu próprio caminho nesse terreno. Não nos compe-

te discutir o conteúdo da resolução tomada, uma vez que daqui por diante passa a ser o ponto de vista oficial do Partido nesta matéria. Queremos apenas salientar dois fatos fundamentais. A Convenção reconheceu que o Partido não pode deixar de tomar posição em face da política internacional. Reconheceu também a necessidade de impedir que os membros do Partido Socialista assumam, nas referidas questões, posições contraditórias.

O CONCEITO DE SOCIALIZAÇÃO

A convenção definiu, através do documento aprovado, a sua posição em face do capitalismo de estado. Distinguiu a socialização da simples estatização e precisou as características de natureza econômica e política que devem acompanhar o processo de abolição da propriedade privada, a fim de assegurar a instauração do socialismo. Reconheceu de maneira implícita que as divergências entre comunismo e socialismo não se situam apenas no terreno político e que têm suas raízes no terreno econômico. Reconheceu, desta vez de modo explícito, que o controle operário da produção é imprescindível ao processo de socialização.

A QUESTÃO AGRÁRIA

A resolução tomada a propósito da questão agrária foi da mais alta importância e dela decorre a tarefa máxima do Partido Socialista nos próximos meses e anos: a luta pela reforma agrária. A Convenção não entrou no mérito do documento apresentado pelo companheiro Fulvio Abramo. Limitou-se a aceitá-lo como contribuição ao estudo do problema. E procedeu assim porque outra tarefa lhe pareceu mais urgente e mais importante. A tarefa de mobilizar o Partido para a elaboração de um ante-projeto de reforma agrária a ser apresentado ao Congresso em nome do Partido Socialista, pelos nossos parlamentares.

De tudo o que se disse em relação ao problema agrário, destacou-se a intervenção do comp. Mario Pedrosa que, mais de perto, tocou no âmago da questão. Disse ele que a sorte de nossas instituições democráticas está subordinada à reforma agrária. Sem uma reforma agrária, a nossa democracia não terá jamais base suficientemente ampla e sólida e o nosso regime oscilará entre a ditadura militar e a democracia aparente. Sem a integração das massas rurais na vida política do país não poderemos escapar ao referido dilema. E como Partido Socialista é o partido diretamente interessado no estabelecimento de um regime democrático verdadeiro, cabe a ele transformar-se no PARTIDO DA REFORMA AGRÁRIA.

Essas palavras calaram fundo no espírito da Assembléia: Como consequência foi tomada a resolução mais importante de toda a Convenção. A própria assembléia elegeu uma comissão composta de cinco companheiros, encarregada de elaborar o projeto da reforma agrária. Resolveu também recomendar a formação de comissões nos Estados, que deverão colaborar com a comissão central eleita. Porque vários oradores mostraram que a Brasil, devido às diversidades reinantes nas vastas regiões que o compõe, precisa não de uma reforma agrária, mas sim de vários projetos agrários regionais.

A QUESTÃO SINDICAL

Também foi assunto que apou-

rou a convenção e provocou longos e acalorados debates. Ouvia-se o depoimento de dirigentes operários e sindicais que em todos os Estados sentem com agudeza a necessidade de reconquistar a liberdade e a autonomia sindicais. Divergências surgiram no tocante ao imposto sindical a que muitos se opõem, mesmo sob a forma consignada no projeto de lei sindical Mangabeira.

A Convenção não se pronunciou sobre as divergências teóricas. Limitou-se apenas a recomendar ao Partido uma atuação mais enérgica no tocante à luta pela liberdade sindical que deve ter, na atual emergência, como bandeira, o projeto de lei sindical de autoria do deputado João Mangabeira.

* * *

A Convenção cumpriu a sua tarefa de modo positivo. Até os mais céticos, os mais ferrenhos adversários da discussão teórica e do debate amplo dos problemas, saíram convencidos do passo gigantesco dado pelo Partido no sentido de forjar os armas necessárias para superar as suas debilidades e enfrentar com êxito as tarefas políticas que o esperam.

FEBUS GIKOVATE

O BOM SOCIALISTA

O bom socialista não propugna a violência como sistema; prefere a ação legal, pacífica; mas ao mesmo tempo sabe que deve estar sempre disposto a lutar contra o "fascismo", quaisquer que sejam suas manifestações ou cor, sacrificando, se necessário, sua liberdade e sua vida, até vencê-lo.

O bom socialista observa sempre uma conduta moral em sua vida particular ou pública, em harmonia com as idéias que professa, prestigiando-se e prestigiando ao seu Partido.

O bom socialista compreende que a grande transformação social a que aspira não pode realizar-se subitamente, por um golpe de mão, mas por etapas, por uma evolução progressiva; e sabe que seu dever é impulsionar essa evolução com perseverança e inteligentemente, apressando assim o momento de sua completa emancipação.

O bom socialista não é um fanático que se oferra ao "tudo ou nada"; tem flexibilidade mental e de espírito para adaptar-se às imposições da realidade, sempre em favor dos trabalhadores e de seu país, sem com isso trair os princípios socialistas.

O bom socialista é inimigo da guerra porque esta destrói a civilização, realiza a seleção às avessas e é o agente mais eficiente de desmoralização da Humanidade.

Francisco LARGO CABALLERO

O Partido Socialista consolidou sua organização no Estado de São Paulo

(Conclusão da 5ª pag.)

tadas, através da secretaria, algumas medidas nesse sentido, como, por exemplo, a remessa de manifestos especiais e "Folha Socialista" aos médicos do interior do Estado, o envio de cartas especiais a pessoas tidas como possíveis simpatizantes, e aproveitamento de viagens e conhecimentos pessoais de membros do Partido, para a obtenção de adesões novas no interior, etc. Os resultados, porém, foram muito exigüos.

O trabalho de arrematamento está a exigir, da C. Executiva Estadual, uma planificação eficiente e cuidadosa.

Assistência e Educação: — Não houve, também, um trabalho especial desta secretaria. Foi proporcionada alguma assistência jurídica a elementos que procuraram o Partido, no interior do Estado através da secretaria geral. A realização de cursos, conferências educativas e outras iniciativas culturais não foi levada a efeito. Há que assinalar, todavia, o curso de divulgação e explanação do programa do partido, realizado na sede, pelo companheiro Febus Gikovate e publicado em "Folha Socialista", com grande aceitação em todo o partido. É um trabalho a ser planejado, também.

Situação das Comissões Municipais: — Na Capital de São Paulo o Partido tem atuado com regularidades e firmeza, pelo trabalho dos companheiros que compõem a Comissão Municipal. Tem sido realizados comícios regularmente, quase todas as semanas. O número de membros do Partido tem aumentado constantemente, formando-se novos grupos de base. No interior do Estado, há que assinalar, neste último ano, sensível de-

envolvimento das atividades de algumas Comissões Municipais, como as de Santo André, Bauri, Campinas, Araraquara e Piracicaba. Em outras localidades, porém, as Comissões Municipais permanecem estacionárias, havendo a assinalar, também, algumas que se desagregaram, praticamente, como as de Sorocaba e Adamantina. Os vereadores do Partido, nas cidades do Estado, há que assinalar o mostrado, de um modo geral, representantes dignos e elementos ativos e capazes no desempenho dos respectivos mandatos, muito contribuindo o seu trabalho, por certo, para o prestígio do partido, nas localidades onde temos representação municipal.

Conclusão: — Ao encerrar este relatório, finalmente, cabe-me, na qualidade de secretário geral, dizer mais alguma coisa sobre aquilo que me parece mais importante a ser executado pela nova Comissão Estadual. Esta nova comissão terá grande responsabilidade porquanto cabe-lhe essencialmente preparar o Partido para as próximas eleições federais e estaduais, que terão lugar em novembro de 1950 e que deverão ser um marco decisivo na vida de nosso Partido. É uma contribuição da experiência recolhida, no exercício de um cargo de direção, que me cabe transmitir aos companheiros, em nome da Comissão que ora deixa o mandato. A meu ver, há que destacar as seguintes conclusões:

1.º — O trabalho de desenvolvimento de nível político e ideológico do Partido, do qual resulta a formação de novos quadros partidários e o fortalecimento geral da organiza-

ção, deve ser continuado com firmeza, principalmente nos períodos de maior agitação eleitoral e proximidade de eleições, quando o fluxo de novos membros, em grande número pode fazer cair esse nível.

2.º — A agitação política decorrente da aproximação das eleições, deve ser intensivamente aproveitada para propaganda e organização do partido, sobretudo em lugares onde não haja organismos partidários constituídos. O partido deve, até as próximas eleições, conquistar bases sólidas nos grandes centros operários do Estado — Jundiaí, Sorocaba, Taubaté, Rio Claro, São Carlos e Ribeirão Preto.

3.º — O contato da Comissão Executiva Estadual com as organizações partidárias no interior do Estado precisa de ser mais constante e direto. É necessário estimular os organismos partidários do interior do Estado, no sentido de serem cumpridas rigorosamente as tarefas que lhes são solicitadas pela direção estadual.

4.º — Os recursos financeiros do Partido no Estado devem ser consideravelmente desenvolvidos.

5.º — O trabalho partidário deve ser planejado coletivamente para os membros da Comissão Executiva Estadual com a formação de comissões de trabalho, na forma determinada pelo Regimento Interno e utilização mais racional e eficiente dos recursos de que dispõe o Partido no Estado.

(Conclusão do relatório da Secretaria-geral da C. E. Estadual, apresentado pelo comp. Costa Corrêa à III Convenção de São Paulo.

A ALEGRE REUNIÃO DE QUITANDINHA

As direções das organizações ministerialistas rotuladas de sindicatos, no ramo da indústria, deliberaram realizar um "congresso" em Quitandinha. Os funcionários dessas estranhas repartições públicas, em cuja chefia vêm se mantendo por constantes portarias dos titulares da pasta desde 1946, resolveram gozar as delícias de um dos hotéis mais luxuosos do Brasil, que vive na lembrança do povo como o recinto das pagodeiras da burguesia.

Esse "congresso" era para ter-se efetuado em São Paulo. Mas, como o Governo Federal iniciara nova ofensiva contra o governador bandeirante e havia o temor de que o sr. Ademar de Barros aproveitasse a oportunidade para lançar o seu programa de demagogia em torno dos trabalhadores da indústria, foram dadas ordens aos dirigentes da Confederação Nacional dos Empregados na Indústria para que o "conclave" se realizasse em Quitandinha. Docilmente, a CNTI,

com o "pelêgo" Diocleciano de Holanda Cavalcanti à frente obedeceu às ordens.

A reunião em Quitandinha não pode ser chamada de congresso sindical. Foi um cambalacho e nada mais. Não se teve conhecimento de assembléia para a escolha de delegados. As teses não foram publicadas. Os dirigentes "sindicais", nomeados pelo governo, nomearam amigos para o pomposo cargo de "delegado".

Funcionários da Comissão Técnica de Orientação Sindical e de outros departamentos do Ministério do Trabalho estavam a postos, segundo o côro disciplinado dos "pelêgos". A imprensa não foi convidada, pois, como disse um congressista, "estes homens da imprensa carioca são uns safados, que só querem estadia de graça e ainda matéria paga". Todo o serviço de imprensa foi fornecido ou pela "Sala de Imprensa" do Ministério do Trabalho, cujos membros na maioria são funcionários do próprio Ministério, ou pela Agência Nacional, órgão governamental.

Cerca de 600 "pelêgos" se divertiram em Quitandinha. O dinheiro para as despesas foi retirado do Fundo Sindical. O "congresso", como teve ocasião de dizer o presidente do nosso Partido, companheiro João Mangabeira, possivelmente serviu para cobrir algum desvio dos fundos do Imposto Sindical.

O "congresso" instalou-se a 20 e encerrou-se a 26 de agosto já quando a Câmara havia aprovado em discussão final a Lei Sindical, já quando havia sido assinada a regulamentação da lei do descanso semanal remunerado, já quando haviam sido estabelecidos os critérios para o estabelecimento dos novos níveis do salário mínimo. Estes seriam os motivos para a realização de um verdadeiro congresso sindical operário. Mas os "pelêgos" resolveram reunir-se em Quitandinha, à custa dos cofres do imposto sindical depois que tudo isso já havia sido resolvido.

H. L.

VIDA PARTIDARIA

NOVA COMISSÃO MUNICIPAL DE STO. ANDRÉ

Foi aprovada, na última reunião da Comissão Executiva Estadual, a nova Comissão Municipal de Santo André, eleita em 29 de setembro último e que ficou assim constituída: presidente, Syr Martins; secretário geral, Paulo Chaves; secretário, Erotides Moraes; tesoureiro; Manoel Venâncio de Lima; secretário sindical, Felonon Chaves; secretário de finanças; Gilberto Menezes Cabral; secretário de organização, Manoel Ferreira Neto; secretário de propaganda, José Guarnieri Leite; secretário de educação e assistência, Gustavo Cruzato; membros efetivos: Brasil Garcia, João Pereira, Francisco de Paula Leonardo, José Guarnieri Leite, João Garcia e Joaquim Martins da Silva; suplentes: Ricardo Armelino, Jeronimo Simões, Geraldo Rezende, Gonçalo Batista dos Santos e Abner Voz de Almeida.

A NOVA COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL

A nova comissão executiva estadual de São Paulo está constituída da seguinte maneira:

Presidente, Alípio Corrêa Neto; Sec. geral, Plínio Gomes de Mello. secretário, Julio Franco, tesoureiro, Fabus Gikovate; Sec. de Propaganda, Antonio Costa Corrêa; Sec. Sindical, Luciano Giardino; Sec. Arregimentação, J. Calozans de Araujo; Sec. Finanças, Hoazir Motta Marcondes; Sec. Assistência, Wilson Rahal.

VISITAS À SEDE

Estiveram em visita à sede do Partido Socialista, em São Paulo, os companheiros Elimário Imperial, vereador à Câmara Municipal de Cachoeira de Itapomirim, no estado de Espírito Santo; e Rubens Maciel, presidente da Comissão Estadual do Partido do Rio Grande do Sul.

A Nova Comissão Nacional

E' a seguinte a nova Comissão Nacional do Partido Socialista, eleita na convenção realizada em Outubro último:

João Mangabeira, Hermes Lima, Domingos Velasco, Osorio Borba, Castro Rebelo, Mario Pedrosa, Emil Farah, Orlandina Mtiike, Pergentino Alves, Bayard Boiteux, Walter Peixoto, Nestor Peixoto, Hugo Dourado e Dante Costa.

Quarta Convenção Nacional

(Conclusão da última pag.)

quer deles, exceto o integralismo, rotulado sob nome falso, com o qual não é possível a um socialista aliar-se sob pena de ser um renegado. Ao contrário, cumpre-nos dar-lhe o combate decidido em face da rearticulação fascista que se processa a olhos vistos, com a proteção de agentes do governo e de colônias estrangeiras. Quanto à sucessão presidencial que se avizinha, resolvamos que não basta um candidato aceitar o programa mínimo que adotamos para que lhe demos o nosso voto. E' essencial que ele tenha idoneidade que assegure o cumprimento de tal programa. Um programa por si mesmo pouco vale, se não encontra nos seus executores a segurança do seu cumprimento. Por isso mesmo, embora incerto do êxito, poderemos ter candidato próprio, para que, em face dos interesses da política, concluídos em torno de um nome impopular, se salve, ao menos, a honra da democracia quando tudo se perder".

A tese do comp. Mangabeira foi aprovada com o acréscimo de conclusões a que sobre o mesmo assunto chegou o trabalho elaborado pelo comp. Alípio Corrêa Neto, trabalho esse já divulgado por FOLHA SOCIALISTA.

POLITICA INTERNACIONAL

Em política internacional, assunto que foi objeto de vivos e longos debates na Convenção, foram adotadas as conclusões do relatório apresentado pelo deputado Hermes Lima, preconizando a luta pela paz através do desenvolvimento de um maior intercâmbio cultural e econômico entre Ocidente e Oriente, sem deixar de lutar contra o expansionismo e a política de segurança das grandes potências que pretendem o domínio do mundo.

CONCEITO DE SOCIALIZAÇÃO

O conceito de socialização firmado pela Comissão que estudou o assunto e que se baseou no trabalho elaborado pelo comp. Fabus Gikovate, e adotado unanimemente pelo plenário, firma o princípio de que não basta a nacionalização dos diferentes ramos da economia para

que possa haver socialismo. Impõe-se a intervenção direta dos trabalhadores e dos consumidores nesse processo, de modo a assegurar, com a sua fiscalização, uma verdadeira democracia econômica e social...

REFORMA AGRÁRIA

Outra questão longamente debatida foi a reforma agrária, problema discutido com base no documento elaborado pelo comp. Fulvio Abramo, e cuja solução definitiva ficou em suspenso, até que, depois de maior divulgação das teses levadas à Convenção e seu estudo dentro do partido, uma nova Convenção fixe em definitivo a orientação partidária.

Uma Comissão especial foi eleita pela Convenção para centralizar, no Rio, os estudos e as informações a serem fornecidas pelas seções estaduais do partido sobre esse problema.

A QUESTÃO SINDICAL

A orientação dos socialistas em face dos sindicatos foi a questão mais debatida na Convenção, durante a cerca de quatro horas e prolongando-se até a madrugada de segunda-feira. Depois dessa longa discussão, ficou resolvido que o partido, na sua luta pela libertação dos sindicatos da influência do Ministério do Trabalho e dos partidos políticos, fizesse do projeto de lei Mangabeira a bandeira de luta contra os atuais dirigentes ministerialistas, pela eleição imediata de novas diretorias e pela completa autonomia dos sindicatos.

O ENCERRAMENTO

A Convenção foi encerrada com uma sessão solene no auditório da ABL, durante a qual falaram, entre outros oradores, os comps. Castro Rebelo, pela Comissão Nacional, o deputado Aurélio Viana da Cunha Lima, pelas delegações do Norte, e Wilson Rahal, pelas delegações do Sul, sendo a sessão encerrada com vibrante discurso do deputado João Mangabeira.

Os Socialistas não farão acordos eleitorais...

(Conclusão da última pag.)

O COMUNISMO PERDE TERRENO

— "Se considerarmos a votação da legenda do Partido Comunista, no pleito presidencial de 1945 e nas eleições estaduais do ano seguinte, verificamos que ela diminuiu muito. Concluiu-se daí que havia um grande contingente de massa não comunista, cujo repúdio às candidaturas militares era satisfeito com a existência de uma candidatura civil. Ora, esse mesmo contingente poderá agora ser levado a votar na legenda do P.S.B., desde que essa legenda corresponda a uma satisfação mais completa dos anseios populares. Esse contingente e outros mais..."

O RIO GRANDE SOCIALISTA

— "Através da propaganda dos princípios ideológicos e da ação de nosso partido no terreno prático, é que estamos conquistando o povo gaúcho. Temos dois jornais: "A Luta", em Porto Alegre, e "Verdade Socialista", em Carazinho. As zonas em que exercemos maior influência são naturalmente os centros de maior irradiação operária — Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Contamos progredir muito na zona da fronteira e no centro do Estado. Acredito que seja mais difícil progredir na zona da colônia, trabalhada pelo integralismo e seus remanescentes, embora a influência de uns e de outros seja menor do que eles pretendem fazer crer".

AS ELEIÇÕES DE 1950

— Acredita que o P. S. B. fará pelo menos um deputado federal pelo Rio Grande do Sul nas próximas eleições? perguntou o repórter ao finalizar-se a entrevista, respondeu o comp. Rubens Maciel — "Não se sabe mais ainda" —



PELA 3.a FRENTE DOS POVOS LIVRES CONTRA TODOS OS IMPERIALISMOS E A GUERRA

"Mas tenho justificadas esperanças de que, no plano estadual, possamos fazer alguma coisa de positivo. E' que, no Rio Grande do Sul, não pretendemos fazer alianças com quaisquer outros partidos. Vamos primeiro experimentar a nossa força, nosso primeiro grande teste eleitoral. Não temos pressa. Não temos mesmo nenhum objetivo imediato".

COMICIO SOCIALISTA NO LARGO DE PINHEIROS

Realizou-se no dia 15 de outubro último, no largo de Pinheiros, um comício de propaganda do Partido Socialista Brasileiro. Falaram os seguintes oradores: José Monteiro Gandim, Fabus Gikovate, João Soares, Antonio Costa Corrêa, Sofia Campos Teixeira e João Rodrigues de Menezes. Os oradores abordaram vários assuntos especialmente a necessidade de se efetivar a liberdade e autonomia dos sindicatos de trabalhadores e de ser repudiado o projeto de lei de segurança, atualmente em curso no Parlamento. Foi lançada, também, a idéia de uma Comissão Popular pré-candidatura Prestes Maia, sem caráter partidário, no bairro de Pinheiros. A referida Comissão deverá ser instalada brevemente naquela bairro, em solenidade pública, podendo ser encaminhadas as adesões à rua Fradique Coutinho, 303 e à rua Teodoro Sampaio, 854.

Posições Socialistas

Sob o título acima, a Comissão Estadual de São Paulo vem de editar um folheto contendo todas as resoluções adotadas pela Seção Estadual de São Paulo, do Partido Socialista. Este folheto, a primeira iniciativa no gênero, de um partido socialista, no Brasil, relata, através das resoluções e manifestos publicados, todo um período da atividade do Partido Socialista em São Paulo, bem como as contribuições prestadas pela seção paulista ao estabelecimento da ideologia socialista no Brasil.

Ao preço de Cr\$ 5,00, esses folhetos podem ser encontrados na redação de FOLHA SOCIALISTA, à Praça da Sé, 237, 2.o andar, São Paulo.

A QUARTA CONVENÇÃO NACIONAL DO P. S. B.

O decorrer dos trabalhos — Documentos aprovados — Varias

Depois de quatro dias de intenso trabalho, encerrou-se no Rio de Janeiro, a IV Convenção Nacional do Partido Socialista Brasileiro. Da agenda dessa Convenção constaram entre outros assuntos, a fixação da política socialista em face da situação nacional e internacional, exame do verdadeiro conceito de socialização: a posição do partido em face da questão agrária; elaboração de diretrizes políticas para um programa de reivindicações imediatas; orientação partidária em face dos sindicatos, além da eleição da nova Comissão Nacional. Estiveram presentes delegados de quase todos os Estados, desde o Ceará ao Rio Grande do Sul.

A POSIÇÃO NA POLÍTICA NACIONAL

A linha política dos socialistas foi traçada após longa discussão baseada em um documento de autoria do comp. João Mangabeira. Depois de afirmar que sempre temos protestado contra atos ilegais com que na verdade se eliminou entre nós o direito de greve, transformada em crime e contra a autonomia sindical, substituída pelo cativo dos interventores nomeados pelo ministro do Trabalho, violências que o governo tem levado a cabo com a complacência do Congresso e a cumplicidade do Supremo Tribunal, cujos erros e demandas, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, ninguém no Brasil, ousa criticar, diz aquele documento. "Somos e queremos ser, em face do atual governo,

um partido de oposição no legítimo sentido da palavra sem demagogias estereis, atribuindo-lhe intenções que ele não tem ou incriminando-o de infrações que não cometeu, mas também sem complacências oportunistas, emudecendo ante os seus erros ou deixando de clamar contra os seus violências. Nosso dever não é combater nem defender o governo. E' fiscalizá-lo severamente. Sem transações, sem transigências, sem capitulações. Cumpra-se a todo transe defender a Constituição, ainda quando dela discordamos ou pretendamos pelos meios que ela oferece, reformá-la. Por isso mesmo nosso dever é o da oposição mais resoluta a qualquer lei ou ato do governo, que embora de acordo com o nosso ponto de vista doutrinário importe de fato em negá-la, ou emendá-la por mero arbítrio, fora do processo que ela estabelece. Estamos certos de que somente a obediência irrestrita à Constituição será capaz de nos assegurar a liberdade. Quando sob qualquer pretexto, por mais justo que a princípio pareça, se transige com um atentado contra a Constituição, a disciplina ante o primeiro ato de força abre o caminho por onde novos passos se darão até a abolição da Lei, substituída pelo arbítrio da ditadura descoberta na sua violência ou mascarada sob fórmulas legais. A jornada dos ditadores nunca se fez num dia. O golpe final que desfecho exige um longo processo e um ambiente adrede preparado. Tudo está em evitar que o

processo tenha início e que se reuam a condições criadoras do ambiente que permite o seu desfecho. Em face dos outros partidos, nossa posição é a de permitir, segundo as condições peculiares a cada Estado ou Município, em caso de conveniência eleitoral, a aliança com qual-

(Continúa na 7a pag.)

Folha Socialista

OS SOCIALISTAS NÃO FARÃO ACÔRDOS ELEITORAIS NO R. GRANDE DO SUL

Declarações do comp. Rubens Maciel, presidente da C. Estadual Sul-riograndense

Um dos militantes que se destacou no decorrer dos trabalhos da 4.ª Convenção Nacional do Partido Socialista foi o companheiro Rubens Maciel, médico muito conhecido na capital gaúcha, e que antes de ingressar para o PSB não pertencera a nenhum outro partido. Quando estudante foi um dos líderes da mocidade sul-riograndense, sendo o fundador e primeiro presidente da Federação dos Estudantes Universitários.

Damos abaixo algumas declarações constantes de entrevista concedida pelo comp. Rubens Maciel aos jornais:

O PSB NO RIO GRANDE DO SUL
"O Partido Socialista no meu estado é ainda pequeno. Temos um

único vereador em Pinheiro Machado, município da zona pastoril. Mas é preciso considerar que o PSB, partido novo, só agora está crescendo no Rio Grande do Sul. Esse crescimento depende, aliás, em grande parte da posição assumida pelos dirigentes socialistas no plano federal.

"Além disso, contamos com erros dos outros partidos, que sempre nos trarão benefícios. Veja-se por exemplo o que está acontecendo com o problema da sucessão presidencial. O candidato que sair do acordo — se sair — será sem dúvida um candidato impopular, o que servirá para aumentar ainda mais o desencanto dos que acompanham o melancólico desenrolar das conversações dos chamados "três grandes".

APENAS RÓTULOS ELEITORAIS

"Os partidos no Brasil não são partidos, mas simples rótulos eleitorais, inclusive a UDN, o PSD, o PSP, o PTB. O trabalhismo é justamente um dos rótulos mais vistosos, sem substância ideológica, cuja bandeira é o "getulismo". No entanto, o PTB congrega um conjunto de forças onde existe negativamente uma grande parte progressista, mas que não encontrou ainda o seu verdadeiro caminho. D. João VI, quando deixou o Brasil, recomendou ao filho que se apoderasse da coroa, antes que qualquer aventureiro o fizesse. No caso do trabalhismo, os aventureiros chegaram antes da coroa e se apoderaram do partido antes que os seus legítimos donos pudessem fazê-lo.

O "GETULISMO" NO SUL

— "Existe no trabalhismo um aspecto personalista, centralizado na figura do sr. Getúlio Vargas, e uma tendência ainda fraca, mas que tem procurado afirmar-se e procura substituir o "getulismo" por um trabalhismo ainda muito moderado e embrionário. Desta tendência, tem sido o centro de gravitação um homem de grandes qualidades pessoais, o sr. Alberto Pasqualini. Ignoro até que ponto essa polarização de forças seja intencional".

(Continúa na 7a pag.)

A missão do Trabalho

O futuro deste país depende da classe trabalhadora. O mal dela é a modéstia de suas pretensões, a modéstia do fim que ela mesma se propôs. A classe trabalhadora americana deve despertar para a realização de sua força e de seu dever.

Seu dever é assumir a liderança da nação, e para isso ela tem toda a força e o poder necessários.

Não existe no país classe mais numerosa. Nenhuma é mais homogênea organizada. Nenhuma é mais democrática ou mais representativa dos interesses de todo o povo. Nenhuma tem um movimento tão poderosamente organizado como os trabalhadores o têm sob a forma de sindicatos que compreendem aproximadamente 15.000.000 de homens e mulheres.

Se essa classe transformar-se no poder político dominante do país, então a paz, a democracia, a prosperidade e a segurança estarão garantidas. Ela poderá organizar a vida econômica e política do país não no interesse dos monopolistas,

dos aproveitadores, de uma burocracia arrogante, mas nos interesses de todo o povo que não deseja oprimir ninguém, explorar ninguém, fazer a guerra a nenhum outro povo.

Ela organizará a produção não para o lucro de um punhado de capitalistas, mas para uso e gozo de todos. Ela construirá casas, ao invés de bombas para destruir coisas; provirá a riqueza e vida de todos, ao invés de exércitos para a destruição da vida. Ela erguerá um exemplo vivo de bem estar e democracia, de tal modo que nenhum tirano na terra resistirá ao levante de seus escravos, que serão inspirados imediatamente a seguir-lhe o exemplo.

Para isso, a classe operária necessita apenas tomar consciência de sua missão na sociedade e de sua irresistível força para realizar essa missão.

(Do relatório de Max Shachtman, presidente do Comitê Nacional da Liga Socialista Independente, "Labor Action", de 25 de Abril de 1949).

Diretrizes do Partido Socialista na Política Nacional

O partido Socialista Brasileiro encerrou os trabalhos da sua IV Convenção Nacional, fixando as seguintes diretrizes quanto à política nacional:

a) — Para preenchimento dos cargos legislativos, o Partido Socialista concorrerá com candidatos próprios, sendo desaconselhadas as alianças com os demais partidos, a não ser em condições especialíssimas, a juízo dos órgãos competentes do partido;

b) — Para os cargos do poder executivo federal, estadual ou municipal, in-

dicará seus próprios candidatos, quando houver possibilidade de êxito. Indicá-los ainda quando, mesmo não havendo possibilidade de êxito entre os candidatos apresentados pelos partidos ou pelas alianças partidárias não lhe pareça haja nomes de formação democrática e de notória idoneidade;

c) — A aliança só se fará no sentido de apóio eleitoral a candidatos ao poder executivo que adotem um programa democrático, objetivando as reivindicações populares.



Um aspecto da mesa que presidiu à sessão de encerramento da 4.ª Convenção Nacional do Partido Socialista Brasileiro

FOLHA SOCIALISTA

A direção de FOLHA SOCIALISTA faz um apêlo a todos seus assinantes para que renovem suas assinaturas do jornal. O preço da assinatura anual, 24 números, é de 20 cruzeiros, podendo os pedidos serem feitos diretamente ao comp. Febus Gikovate, à Praça da Sé, 237, 2.º andar, São Paulo. Os assinantes do interior podem remeter a importância acima em vale postal, cheque, ou selos do correio.